

## Cultura Viva e seus desdobramentos: uma avaliação das Escolas Livres<sup>1</sup>

Alexandre Barbalho<sup>2</sup>

Ernesto Gadelha<sup>3</sup>

Alexandre Fleming Vale<sup>4</sup>

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i26.60091>

**Resumo:** O artigo analisa o desdobramento da Política Nacional de Cultura Viva em outros programas tendo como foco a ação "Escolas Livres da Cultura" implementada pelo Governo do Ceará e observando os elementos programáticos comuns e a atuação prática dessas organizações. A pesquisa tem um vetor avaliativo e para tanto, além de pesquisa bibliográfica e documental, aplicou-se questionário com gestores das instituições e precedeu-se a um estudo de caso, o da Edisca.

**Palavras-chave:** Política Cultural; Política Nacional de Cultura Viva; Escolas Livres da Cultura; Ceará

### Cultura Viva y sus desarrollos: una evaluación de las "Escolas Livres"

**Resumen:** El artículo analiza el despliegue de la Política Nacional de Cultura Viva en otros programas, centrándose en la acción "Escuelas Livres de Cultura" implementada por el Gobierno de Ceará y observando los elementos programáticos comunes y las acciones prácticas de estas organizaciones. La investigación tiene un vector evaluativo y para ello, además de la investigación bibliográfica y documental, se aplicó un cuestionario a directivos de las instituciones y se realizó un estudio de caso, el de Edisca.

**Palabras clave:** Política Cultural; Política Nacional de Cultura Viva; Escuelas Livres de Cultura; Ceará

---

1 Este artigo faz parte do projeto "Cultura, inovação e inclusão social no Ceará" do Programa Ciência e Inovação em Políticas Públicas no estado do Ceará – Cientista Chefe financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. Os autores agradecem a colaboração dos/as técnicos/as da Coordenadoria de Formação, Livro e Leitura da Secretaria da Cultura do Ceará, em especial da Janete Venâncio.

<sup>2</sup> Alexandre Almeida Barbalho. Doutor pela UFBA. Professor do curso de História da UECE e professor permanente dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC, Brasil. Contato: [alexandrealmidabarbalho@gmail.com](mailto:alexandrealmidabarbalho@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>

<sup>3</sup> Ernesto de Souza Gadelha Costa. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Atua como professor, pesquisador, curador, artista e gestor na área de dança. É analista de gestão cultural na SECULT-CE., Brasil. Contato: [ernestogadelha@gmail.com](mailto:ernestogadelha@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0002-9949-5458>

<sup>4</sup> Alexandre Fleming Câmara Vale. Doutor em Antropologia pela UFC. Professor Coordenador do Núcleo de Estudos em Antropologia Visual, Gênero e Oralidade (LEO) da Universidade Federal do Ceará, Brasil. Contato: [acamaravale@gmail.com](mailto:acamaravale@gmail.com)

## “Cultura Viva” and its developments: an evaluation of “Escolas Livres”

**Abstract:** The article analyzes the developments of the National Policy “Cultura Viva” in other programs, focusing on the “Escolas Livres da Cultura” action implemented by the Government of Ceará and observing the common programmatic elements and the practical actions of these organizations. The research has an evaluative vector and for this purpose, in addition to bibliographical and documentary research, a questionnaire was applied to managers of the institutions and a case study was carried out, that of Edisca.

**Keywords:** Cultural Policy; Culture Policy “Cultura Viva”; “Escolas Livres da Cultura”; Ceará

## Cultura Viva e seus desdobramentos: uma avaliação das Escolas Livres

### 1.Introdução

Com a recriação do Ministério da Cultura (MinC) no novo governo Lula, observa-se retomada de agendas que foram extintas ou enfraquecidas durante os governos Temer e Bolsonaro, além de novas propostas de políticas, programas e ações que estão sendo implementadas ou desenhadas pela ministra Margareth Menezes e sua equipe. Exemplar, no que se refere ao retorno de políticas que marcaram as gestões petistas no setor, é o caso da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), sob responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), cuja titular é Márcia Rollemberg, que já tinha ocupado esse mesmo cargo entre 2011 e 2014, durante as gestões das ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy no primeiro governo Dilma.

Em entrevista concedida ao Observatório da Diversidade Cultural, Rollemberg aponta o lugar central da PNCV na atual gestão ao defini-la como “a base mais sólida para garantir o avanço, tanto para a diversidade e, conseqüentemente, para a cultura popular” (ROLLEMBERG, 2003, n.p.). Nesse mesmo depoimento, a secretária elenca as prioridades da SCDC, entre as quais está ativar, a curto prazo e da maneira mais ampla possível, a Rede Cultura Viva. Para tanto, já está previsto um edital voltado para os Pontões de Cultura, bem como a revisão da Instrução Normativa No. 8/2016, que regulamenta a PNCV, objetivando “fortalecer os mecanismos de descentralização orçamentária para os municípios e estados, para facilitar o acesso aos recursos de fomento pelos Pontos e Pontões de Cultura” (ROLLEMBERG, 2003, n.p.). Outra

prioridade destacada por Rollemberg é a criação de um programa de formação por meio de bolsas para os agentes do Cultura Viva.

Se a SCDC é o *locus* institucional da PNCV no novo governo, por conta do grande alcance conquistado por essa política e sua principal ação, os Pontos de Cultura (PCs), desde que ela foi lançada como Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (PCV), em julho de 2004, é de se esperar, por conta de sua estrutura intersetorial, que sua base programática tenha se espalhado por outros espaços institucionais do MinC. Desse modo, é possível identificar o DNA da PNCV no recém-lançado Programa Olhos d'Água (POD'A) - Edital Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura pela Secretaria de Formação Cultural, Livro e Leitura (SEFLI), que tem como gestor Fabiano Piúba.

O objetivo do POD'A é “estimular e promover a descentralização dos

processos de formação no campo artístico-cultural no território nacional” e “fomentar atividades formativas realizadas por espaços de educação não formais e aquelas propostas por artistas independentes, coletivos e grupos da sociedade civil”<sup>5</sup>. O Programa sustenta-se na mesma lógica dos PCs, ou seja, nas iniciativas artístico-culturais em curso na sociedade, só que o foco é o de experiências em formação. Na avaliação de Piúba, “existe em nosso país um número expressivo de instituições culturais da sociedade civil que atuam com formação nas mais diversas linguagens e segmentos culturais”, instituições essas – “companhias, grupos e coletivos de teatro, dança, circo, literatura, audiovisual e de culturas indígenas e afro-brasileiras” – que “desenvolvem tecnologias socioculturais e educativas com conceitos, metodologias, experiências e práticas”<sup>6</sup>. Essas instituições, uma vez selecionadas pelo edital, devem se organizar e atuar em

5 Disponível em <https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/pautas-e-releases-1/ministerio-da-cultura-lanca-programa-olhos-d2019agua-na-fundacao-bienal-de-sp>. Acesso em: 01.set.2023.

6 Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/pautas-e-releases-1/ministerio-da-cultura-lanca-programa-olhos-d2019agua-na-fundacao-bienal-de-sp>. Acesso em: 01.set.2023.

uma rede nacional. Quem está familiarizado com a PNCV e a prática dos PCs<sup>7</sup> reconhece facilmente a ligação entre estes e as futuras Escolas de Cultura.

Por sua vez, o POD'A é o desdobramento, em âmbito nacional, de uma ação que Piúba implementou no Ceará no período em que foi secretário Estadual de Cultura, entre 2016 e 2022, denominada de Escolas Livres da Cultura (ELC). Até o momento, a Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT) lançou dois editais da ação ELC, o primeiro em 2016, e o segundo em 2022, envolvendo dezenas de experiências espalhadas pelo estado.

A partir do contexto apresentado acima, a proposta deste artigo é analisar o desdobramento da PNCV com foco nas ELC, observando os elementos programáticos comuns e a atuação prática dessas organizações. A pesquisa tem um vetor avaliativo e para tanto, além de pesquisa bibliográfica e documental, aplicamos um questionário com alguns dos/as

gestores/as das Escolas Livres e trazemos um estudo de caso, o da Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente - Edisca. A escolha se justifica pelo fato da instituição – apesar de não ser certificada como PC pela SECULT, ainda que seja reconhecida como tal pelo MinC – ter sido contemplada no primeiro Edital dos PCs lançado em julho de 2004 e ter sido selecionada nos dois editais da ação ELC.

Nós partimos do pressuposto teórico-metodológico de que as ideias e os elementos cognitivos estão fortemente relacionados com as mudanças da ação pública e, portanto, do Estado. A mobilização de novos ordenamentos de retóricas e de lógicas políticas mais amplas por parte de um novo grupo à frente de um governo tem o potencial de transformar não só as crenças, mas também os comportamentos dos agentes de um setor da política pública. Como defende Carla Tomazini, “a construção de sentidos produz novas correlações de

---

7 A esse respeito, ver a sistematização programática do PCV e dos PCs feita por Célio Turino, responsável pela implementação deste Programa quando foi secretário da Cidadania

Cultural do MinC entre 2004 e 2010, em especial o livro Pontos de Cultura - O Brasil de baixo pra cima (TURINO, 2009).

forças e desloca lugares de poder". Dessa perspectiva, quando "um referencial que se torna dominante específica não somente a direção a ser tomada por uma dada política pública, mas indica também os atores que se tornam centrais" (TOMAZINI, 2012, p. 203).

Não se está negando o lugar decisivo de um agente que dispõe de recursos e posição privilegiada na hierarquia do metacampo estatal (BOURDIEU, 2012) – pelo contrário, considera-se, inclusive, o conhecimento que esse formulador de políticas tem sobre o novo contexto e como traça estratégias para dar conta dele – , mas afirmando, de modo complementar, que determinadas propostas têm mais chances se estão afinadas com as "estruturas ideacionais existentes" que, por sua vez, fortalecem os seus defensores, às vezes até contra interesses historicamente dominantes. Nesses casos se destaca a atuação dos "mediadores", agentes que "participam ativamente da articulação entre o referencial global e os referenciais setoriais, definem a configuração de expressão de interesses sociais e, ao mesmo tempo, constroem uma imagem e um papel

para si próprios" (TOMAZINI, 2012, p. 204).

No caso desta abordagem, defendemos que a PNCV é uma "ideia forte" gestada no âmbito do governo federal que, além de influenciar outros programas e ações do MinC, foi incorporada por estados e municípios e, o que é mais significativo, pelos agentes do campo cultural. A nova correlação de forças permitida por essa política implicou em sua continuidade, ainda que despotencializada, tanto no âmbito federal, quanto nos governos subnacionais, durante as gestões de Temer e de Bolsonaro. Também entendemos que a PNCV, ao valorizar os saberes dos PCs, possibilitou aos gestores públicos aprendizados e conhecimentos, produzindo uma "virada cognitiva" para usar o termo utilizado por Daniel Benamouzig e Olivier Borraz (2021). Incorporar esses conhecimentos produzidos, que antes seriam descartados por conta de uma sua suposta ineficácia, é hoje um dado fundamental para "projetar formas de organização flexíveis, mais autônomas

e, portanto, mais eficazes” (BENAMOUZI; BORRAZ, 2021, p. 82)<sup>8</sup>.

O artigo está estruturado em três seções, fora essa introdução e as considerações finais. Na primeira, apresentamos a PNCV, ressaltando o papel da formação em sua proposta e a sua efetivação no Ceará. A segunda seção se debruça sobre o POD'A do MinC e, em especial, a ação ELC da SECULT. Na terceira, analisamos, em perspectiva avaliadora, a atuação das ELC selecionadas no primeiro edital, a partir do ponto de vista de seus/suas gestores/as e por meio do estudo de caso da Edisca.

## 2. A cultura é viva no Brasil e no Ceará

Como exposto na introdução, a PNCV é o desdobramento do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, que já no seu título coloca o aspecto formativo como central. O Programa foi constituído por meio da Portaria 156/2004 do MinC e entre seus objetivos encontra-se:

---

<sup>8</sup> Destacar esse processo não implica desconhecer como os saberes práticos e, em grande medida, baseados em relações horizontais são incorporados pelo capital estabelecendo novas formas de controle e de burocratização, que Luc Boltanski e Ève Chiapello (2020) denominaram de “novo

estímulo a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos *processos educacionais*, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em *diferentes situações de aprendizagem* e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem (BRASIL, 2005, p. 18-19 – itálicos nossos).

O Programa era constituído por cinco ações, sendo a principal a dos PCs. Entre as outras quatro, encontrava-se a Escola Viva, que tinha como objetivo “integrar os Pontos à escola de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura” (BRASIL, 2005, p. 26). A ação poderia se dar de duas formas: 1. “transformando as experiências inovadoras das escolas em Pontos de Cultura” e 2. “transformando o Ponto em uma escola de cultura brasileira” (BRASIL, 2005, p. 27).

espírito do capitalismo”. Tais procedimentos não são exclusivos da esfera privada, mas também são incorporados pela gestão pública, inclusive em nome da governança e da transparência.

Em seu livro *Pontos de cultura. O Brasil de baixo para cima*, que pode ser considerado a narrativa mais influente sobre o PCV, Célio Turino, que foi o responsável pela implementação da proposta quando era secretário de Programas e Projetos Culturais do MinC, inicia seu relato do alto da chapada do Araripe, sertão do Cariri, na encruzilhada entre Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. É neste “vale do silêncio” que o gestor encontra o lugar ideal para começar a falar sobre os PCS, experiências diversas que desejam “desesconder o Brasil”, mas que, em sua maioria, segundo o gestor, realizam cursos e oficinas culturais. Sobre a ação Escola Viva, Turino afirma que cada escola poderia ser um PC, mas isso não ocorre porque essa instituição de ensino estaria “presa a padrões antigos de aprendizagem, fechadas em si mesmas e repetidoras de pedagogias desconectadas da vida” (TURINO, 2009, p. 94). Daí o papel da Escola Viva de articular escola e comunidade, tendo a cultura como elemento transversal.

Diante da receptividade positiva do PCV, em julho de 2014, o Programa vira a PNCV, por meio da Lei No. 13.018 e fundamentada no Art. 215 da

Constituição, onde está expressa a cultura como direito fundamental. Ainda que a Escola Viva não esteja mais entre as ações da Política, o papel da formação continua central de modo implícito ou explícito. Tanto que, entre seus objetivos, está o de “estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural” (BRASIL, 2014, n.p.) e uma de suas ações estruturantes denomina-se “cultura e educação”.

Dos instrumentos previstos para a PNCV, os Pontões de Cultura se caracterizam por serem “entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa” e têm como um de seus objetivos “*formar redes de capacitação e de mobilização*”. De modo geral, para serem reconhecidos como pontos e pontões de cultura, os grupos e entidades devem priorizar, entre outras ações, a “*capacitação e formação continuada dos trabalhadores da cultura*” e a “*promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão culturais*” (BRASIL, 2014, n.p. – itálicos nossos).

A trajetória da PNCV no Ceará, por sua vez, se inicia com o primeiro edital de PCs lançado pelo MinC em 2004, quando 40 propostas do estado foram selecionadas. Três anos depois, segundo o depoimento de Mirna Carla Oliveira Sousa (2019), produtora cultural, ponteira<sup>9</sup> e que integrou a Comissão Cearense dos Pontos de Cultura, os PCs cearenses começaram a se organizar e a pautar a Secult para a estadualização do Programa. Desse modo, em 2007, foi lançado o I Edital de Pontos de Cultura do Ceará que selecionou 100 iniciativas. Em 2009, em parceria do governo estadual com o federal, foi lançado o II Edital para mais 100 organizações. Com isso, o estado implementou a segunda maior de rede de PCs do país, com 240 organizações conveniadas.

Nesse ínterim, em 2008, ocorreu o I Fórum Cearense dos Pontos de Cultura; em 2010, o II Fórum e a realização em Fortaleza da Teia dos Pontos de Cultura – Tambores Digitais; em 2014, o III Fórum; em 2018, o IV Fórum; e, em 2019, a 1ª Teia Cearense de Pontos de Cultura. A respeito do IV

Fórum, ocorrido já no governo Temer – que reorientou a política cultural da era petista para um foco liberal e voltado para a economia criativa (BARBALHO, 2018) –, Sousa relembra que foi “uma conquista da Rede dos Pontos de Cultura do Ceará, considerando todo processo de desarticulação do Programa Cultura Viva, no cenário político nacional” (SOUSA, 2019, p. 39).

Em 2018, o Governo do Ceará sancionou a Lei 16.602, que institui a Política Estadual Cultura Viva do Ceará (PECVC). Na avaliação de Piúba, então secretário estadual de Cultura, a PECVC foi “um passo importante para a institucionalização e fortalecimento do Programa” ao estabelecer “objetivos, instrumentos, eixos, certificação, integração de políticas e os meios de fomento” (PIÚBA, 2019, p. 50). Para o gestor, esse instrumento resultou do movimento político-cultural que se expressou, por exemplo, na Conferência Estadual de Cultura de 2013 e na atuação da Rede Estadual do Cultura Viva, o que se insere em um movimento mais amplo de politização

9 Ser ponteira/o é uma classificação nativa utilizada pelos agentes que atuam nos PCs

para se autoidentificarem como integrantes desse “movimento”.

do campo cultural brasileiro que vinha se dando desde 2003 (BARBALHO, 2022). Para fins desse artigo, destacamos que a referida lei, além de reproduzir os dispositivos expressos na lei federal, incluindo a relação com a educação e o processo formativo, em suas Disposições Gerais dispõe que “os Pontos e Pontões de Cultura poderão estabelecer parceria e intercâmbio com as *escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior, do ensino técnico e com entidades de pesquisa e extensão*” (CEARÁ, 2018, n.p. – itálicos nossos).

Piúba, que possui doutorado em Educação, identifica o papel central dos processos formativos nos PCs e, portanto, na PNCV. Na sua avaliação, isso decorre do fato da recorrência de práticas de educação e de arte-educação nas instituições voltadas para ações socioculturais com foco em crianças e jovens em situações de vulnerabilidade social<sup>10</sup>. O interessante, na sua avaliação, é que “essas experiências são marcadas pela

diversidade de metodologias, práticas, conteúdos, conceitos e de percursos formativos”, revelando, desse modo, “que não há modelos únicos e totalizantes para formação, muito menos nos campos das artes e da cultura”. Não é à toa que o então secretário enfatiza a dimensão formativa “como uma prática que deve ser cada mais ampliada e aprimorada, pois, em muitas ocasiões, o único ambiente de formação técnica, artística e de repertórios culturais que podemos encontrar em certas comunidades é justamente aquele promovido pelos Pontos de Cultura” (PIÚBA, 2019, p. 45-46).

Para finalizar esta seção, recorreremos ao relatório que Analúcia Sulina Bezerra produziu, a partir de sua inserção etnográfica no PC Afro-Música Alágba, para uma avaliação qualitativa do ainda Programa Cultura Viva realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O PC, sediado em Fortaleza, era ligado à associação Alágba, fundada em 2006, que “surgiu em parte da necessidade do

---

10 Esse respeito ver o resultado do seminário “Formação artística como objeto de políticas públicas: pensar a formação em arte para além das epistemologias e políticas vigentes”

promovido pela SECULT (BARBALHO; GADELHA, 2022).

movimento negro no Ceará e das comunidades de terreiro trabalhar com *educação*, arte e inclusão para ampliar e concretizar ações em torno da cultura negra” (BEZERRA, 2011, p. 98 – itálico nosso). Com esse propósito, a Alágba foi contemplada pelo edital da Secult de 2009 e alcançou, em seu primeiro ano, 120 jovens por meio de formações de dança afro-contemporânea, percussão e produção de instrumentos. A ideia dessas formações, que se baseavam no dialogismo, sem incorporar um modelo pronto, segundo relata Bezerra, “é a mesma da aprendizagem pela oralidade, da transmissão pela narração. Assim, com a cooperação dos participantes, são concebidas formas, gestos, conteúdos e ritmos. Há, nesse sentido, espaço à criatividade, às vivências e às inserções que cada um traz” (BEZERRA, 2011, p. 107).

A Afro-Música Alágba visava, por meio de suas ações, à profissionalização e ao mercado de trabalho, tendo a pesquisadora identificado a inserção de alguns jovens em profissões relacionadas às capacitações recebidas. Esse aspecto, contudo, não retirava da formação seu papel de fomentar “sujeitos conscientes e ativos no processo de construção de

sua cidadania cultural”. (BEZERRA, 2011, p. 104). O que converge com a finalidade do PC que era “propor aos jovens da periferia uma *formação humana* de modo que possam construir outros caminhos que não o da exclusão social” (BEZERRA, 2011, p. 105-106 itálico nosso). Bezerra exemplifica a atuação do Alágba a partir do minicircuito cultural que se estabeleceu com as atividades de percussão:

Então, a primeira etapa desse circuito é a produção do instrumento, constituindo-se de um momento de formação e transmissão de um saber-fazer. A segunda etapa se constitui igualmente de um aprendizado, agora para trabalhar os sons do instrumento. Nesse momento, todos os envolvidos exploram as potencialidades sonoras e, mesmo que se venha a desenvolver maiores habilidades para um instrumento, os participantes devem se iniciar em todos eles, ou seja, na caixa, no repique, no surdo ou nas alfaias. Em uma terceira etapa, agora já lapidados, os instrumentos circulam nas redes de relações do ponto de cultura não como produto a ser vendido, mas para ser apreciado pelo som que produz. É com esses instrumentos e com a música neles trabalhadas que os jovens do Ponto de Cultura Afro-Música garantem uma visibilidade e se enchem de autoconfiança, transformando assim suas vidas. (BEZERRA, 2011, p. 106).

Se a PNCV e os PCs, como visto, possuem a dimensão formativa como estruturante de sua proposta e que, de fato, essa dimensão é valorizada nas práticas das instituições da sociedade civil envolvidas com essa política, a próxima seção vai explorar o desdobramento desse referencial conceitual e pragmático com formação em uma nova ação pública, as das Escolas Livres.

### **3. As Escolas Livres daqui (do Ceará) e d'acolá (do Brasil afora)**

Em agosto de 2023, o MinC, por meio da SEFLI, lançou o edital "Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura" voltado para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que se proponham a executar projetos de formação em arte e cultura tendo "como base a democratização do acesso aos processos educativos em artes e cultura, como dimensões vitais para inserção social, acessibilidade, promoção da cidadania e diversidade cultural" (BRASIL, 2023, n.p).

Esse edital, como já dito, é a implementação em âmbito federal de uma política da SECULT, o Programa Escolas da Cultura (PEC). A pauta da formação como política cultural

começou a ganhar maior institucionalidade no âmbito da Secretaria a partir de 2016, com a implementação, em seu organograma, de uma coordenadoria especialmente dedicada às ações e programas relacionados à formação e ao conhecimento, a Coordenadoria de Conhecimento e Formação (CCFOR). Por sua vez, o plano do segundo governo Camilo Santana (2019-2022), intitulado "Os 7 Cearás – Propostas para o Plano de Governo", previa a "criação de 13 escolas de tempo integral na cultura com currículo de artes inovador". (CEARÁ, 2014). É a partir desta demanda que surge o PEC, que compreende várias modalidades de ação formativa. De acordo com o documento de apresentação do Programa, sua premissa é

composta pela interface entre arte, cultura, educação e inovação para formação profissional e desenvolvimento de experiências estéticas e de capacidades para a vida em sociedade, numa perspectiva de formação dialógica, criativa, construtiva, autônoma, colaborativa, transdisciplinar e como processos de mão dupla entre as instituições formativas e seus públicos (CEARÁ, s.d., n.p.).

O mesmo documento apresenta um referencial conceitual que traz elementos significativos para a análise ora realizada:

o escopo conceitual do Programa Escolas da Cultura não consiste em estabelecer modelos únicos e totalizantes. Pelo contrário, seu arcabouço conceitual parte do reconhecimento de que os percursos formativos são diversos, assim como são diversas as abordagens teóricas, metodológicas, didáticas, práticas e modalidades existentes nos processos educativos e de formação. Daí a proposta de incorporar ao Programa uma noção que abrange a escola para além do espaço físico e de sua formalidade. Não se trata, portanto, da construção ou criação de 13 escolas com modelos únicos para implantação no Estado. Expandimos a ideia do Programa para uma pluralidade de modalidades de Escolas da Cultura (8 no total), considerando a multiplicidade de experiências e de percursos formativos, tanto no campo formal e informal, como de instituições públicas e da sociedade civil, contemplando de cursos livres – passando pelos técnicos e profissionalizantes – ao acadêmico. Dessa forma, ao mesmo tempo em que percebemos que o Programa deve estar inserido substancialmente na formação profissional de jovens do ensino médio, com toda a estrutura, capilaridade e perenidade da educação

formal, ele também abriga os projetos de formação livre desenvolvidos por instituições da sociedade civil.” (CEARÁ, s.d., n.p.)

Embora o PEC abranja também instituições de ensino formal, no trecho acima descrito, chama atenção um aspecto referente ao arcabouço conceitual que fundamenta a proposta. Este diz respeito ao intuito de evitar modelos totalizantes no que tange às perspectivas metodológicas e epistêmicas, abraçando propostas formativas na diversidade das acepções que hoje são praticadas para além dos espaços físicos da rede de ensino formal. Dessa forma, distancia-se do propósito de criar/construir novas escolas, concebidas, implantadas e conduzidas pelo Estado, para fomentar, em uma das modalidades previstas no Programa, as Escolas Livres, iniciativas de formação gestadas por OSCs.

Trata-se, portanto, de uma opção político-pedagógica que prioriza projetos formativos já existentes ou ainda por serem criados. A fundamentação da parceria entre o Estado e as OSCs pautou-se no princípio de que poder público e sociedade civil podem (e devem) se associar para gerar sinergia na

execução de políticas públicas e que essas parcerias trariam um diálogo e conexão mais orgânicos dos projetos com os territórios e seus respectivos públicos. Além de ir ao encontro da proposta de fomentar a pluralidade epistêmica e metodológica, valorizando saberes e fazeres de várias ordens, o PEC faz eco a um clamor histórico e represado da parte de agentes culturais por políticas cujas ações sejam descentralizadas, alcançando mais

amplamente os municípios do interior do Ceará.

Uma análise mais detalhada das consequências dessa escolha para a política de formação em arte e cultura, em virtude da restrição de espaço, não será feita aqui, porém, ela se torna um dos pilares da política pública de cultura do Ceará. Para uma melhor compreensão do PEC, expomos, no Quadro 01, as oito modalidades originalmente previstas.

Quadro 01: Modalidades do Programa Escolas da Cultura

| MODALIDADE  | DESCRIÇÃO   |
|---|---|
| 1. Escolas Estaduais de Educação Profissional   | Esta modalidade seria voltada para o eixo tecnológico produção cultural e design, porém não foi efetivamente implementada   |
| 2. Escolas Estaduais de Tempo Integral  | Esta modalidade foi implantada por meio do projeto "Artista, Presente!", que cadastra artistas para realizar atividades artísticas e culturais nos componentes curriculares eletivos. Encontra-se atualmente em sua terceira edição |
| 3. Escolas Livres de Formação Artística e Cultural  | Foi implementada por meio de edital, que selecionou, em sua primeira edição, trinta projetos formativos de organizações da sociedade civil. Encontra-se, atualmente, em sua segunda edição, com mais trinta projetos selecionados   |
| 4. Escolas de Ensino Superior   | Esta modalidade previa cursos de extensão, graduação e pós-graduação em parceria com universidades parceiras. Até o presente momento, ainda não foi efetivada   |
| 5. Escolas dos Equipamentos Culturais   | São as ações formativas realizadas pelos equipamentos da Secretaria da Cultura do Estado  |
| 6. Escolas Públicas da Cultura equipamentos das secretarias municipais de cultura do Estado | Esta modalidade será realizada pela primeira vez em 2024, levando ações formativas para dez municípios do Ceará   |
| 7. Escolas com os Mestres da Cultura  | Esta modalidade teve duas edições realizadas, nos mesmos moldes da modalidade 2. Interrompida em função da pandemia da Covid, deve ser retomada em 2024   |
| 8. Espaços híbridos de mediação cultural e de formação de público                           | Esta modalidade, até o presente momento, ainda não foi efetivada  |

Fonte: CEARÁ, s.d.

Importante mencionar que o PEC foi institucionalmente formalizado, com algumas modificações em relação à proposta original e exposta no quadro acima, por meio da lei nº 18.299, de dezembro de 2022. Além disso, figura como Programa associado do Sistema Estadual da Cultura do Ceará, instituído por lei também em 2022 (CEARÁ, 2022).

A primeira edição da modalidade Escolas Livres de Formação Artística e Cultural, que ficou conhecida como Escolas Livres de Cultura (ELC), objeto de nossa discussão, aconteceu em 2016. O primeiro edital foi dividido em três categorias com valores distintos (Quadro 02) que contemplaram propostas formativas já existentes e com atuação consolidada, mas também ações inéditas, concebidas especialmente em função do Edital. Foram aprovados 15 projetos provenientes da capital e 15 de outros municípios, abrangendo as linguagens do audiovisual, artes visuais, circo, dança, música e teatro, além de projetos de artes integradas.

Uma inovação que a iniciativa das ELC trouxe foi a de fomentar os projetos ininterruptamente, por três anos seguidos, abrindo uma possibilidade de continuidade para os processos formativos. Tal diferencial deu-se em razão da compreensão do caráter processual das ações de ensino-aprendizagem, que muitas vezes constituem percursos que facilmente extrapolam a duração de um ano apenas<sup>11</sup>.

A segunda edição do Edital foi lançada em 2022, dessa vez com financiamento previsto para dois anos. Os valores das Categorias 1 e 2 foram ampliados para 190 mil e 130 mil respectivamente, enquanto a Categoria 3 permaneceu com o mesmo valor de 80 mil reais (Quadro 02).

Quadro 02: Valores investidos pelos editais Escolas Livres de Formação Artística e Cultural

| <b>ANO 2016</b> | <b>VALOR EM REAIS</b> |
|-----------------|-----------------------|
| Categoria 1     | 180 mil               |
| Categoria 2     | 120 mil               |
| Categoria 3     | 80 mil                |
| <b>ANO 2023</b> | <b>VALOR EM REAIS</b> |
| Categoria 1     | 190 mil               |
| Categoria 2     | 130 mil               |
| Categoria 3     | 80 mil                |

Fonte: Coordenadoria de Formação, Livro e Leitura/SECULT

11 O advento da pandemia atingiu fortemente as atividades de todas as Escolas Livres nos anos de 2020 e 2021, não impedindo, entretanto, que essa ação tivesse e continue

tendo uma grande repercussão no âmbito das políticas de formação.

Na segunda edição, uma parcela expressiva dos recursos foi destinada a projetos ainda não consolidados ou inéditos, com o intuito de fomentar tanto iniciativas que apresentavam potencial de desenvolvimento, como projetos que já existiam e que, no entanto, não haviam sido fomentados com recursos da política de formação. Às linguagens contempladas no primeiro edital, somaram-se projetos voltados para escolas de carnaval, patrimônio, cultura afro, arte *drag queen*, produção cultural, cultural popular e tradicional. No momento da feitura deste artigo, as 30 escolas, sendo 15 do interior e 15 de Fortaleza, encontram-se em pleno funcionamento.

Somando a primeira e segunda edições, o Escolas Livres da Cultura beneficiou 49 projetos, abrangendo 23 municípios do Ceará. Nessa perspectiva, o Programa busca cumprir vários propósitos importantes para a política pública de formação da SECULT, entre os quais destacamos três. O primeiro deles remete à descentralização das ações formativas, considerando que são iniciativas reconhecidas e fomentadas pelo poder

público. O segundo propósito diz respeito ao acolhimento e à valorização de distintas formas de saberes, bem como de sua transmissão e ensino, como elementos relevantes para a formação cultural no estado, fortalecendo uma rede não formal de ensino em arte e cultura. O terceiro aspecto remete à convergência sinérgica da política de formação materializada pelas Escolas Livres com a política dos PCs, como já dito. Exemplo claro é o fato de que dos 49 projetos já fomentados, 26 são pontos de cultura certificados pela SECULT (Quadro 03). Denota-se aí que os conceitos político-culturais que fundamentam ambas as políticas se alinham e se desdobram de forma convergente.

Quadro 03: ESCOLAS LIVRES DA CULTURA (I E II EDITAIS) / PONTOS DE CULTURA (CERTIFICADOS ATÉ AGOSTO/2023)

|    | <b>NOME</b>   | <b>LINGUAGEM</b>                | <b>MUNICÍPIO</b> | <b>EDITAL</b> |
|----|---|---------------------------------|------------------|---------------|
| 1  | ASSOCIAÇÃO VIDANÇA - COMPANHIA DE DANÇA DO CEARÁ  | DANÇA                           | FORTALEZA        | I EDITAL      |
| 2  | GRUPO FORMOSURA DE TEATRO   | TEATRO                          | FORTALEZA        | I EDITAL      |
| 3  | FUNDAÇÃO SOCIAL RAIMUNDO FAGNER   | MÚSICA                          | FORTALEZA        | I EDITAL      |
| 4  | ASSOCIAÇÃO CULTURAL SISTEMA INTERESTADUAL BRASILEIRO DE BANDAS E ORQUESTRAS (SINFONIA.BR)           | MÚSICA                          | FORTALEZA        | I EDITAL      |
| 5  | CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA   | MÚSICA                          | FORTALEZA        | I EDITAL      |
| 6  | FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SILVESTRE GOMES  | ARTES INTEGRADAS                | FORTALEZA        | II EDITAL     |
| 7  | ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL TEATRO DA BOCA RICA   | TEATRO                          | FORTALEZA        | II EDITAL     |
| 8  | COMÉDIA CEARENSE  | TEATRO                          | FORTALEZA        | II EDITAL     |
| 9  | COMPANHIA PRISMA DE ARTES   | TEATRO                          | FORTALEZA        | I E II EDITAL |
| 10 | GRUPO BAILARINOS DE CRISTO AMOR E DOAÇÕES   | DANÇA                           | FORTALEZA        | I E II EDITAL |
| 11 | CIA TEATRAL ACONTECE  | TEATRO                          | FORTALEZA        | I E II EDITAL |
|    | <b>NOME</b>   | <b>LINGUAGEM</b>                | <b>MUNICÍPIO</b> | <b>EDITAL</b> |
| 12 | ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS JENIPAPO KANINDÉ  | AUDIOVISUAL                     | AQUIRAZ          | I EDITAL      |
| 13 | ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE - AAMARTE   | MÚSICA                          | PINDORETAMA      | I EDITAL      |
| 14 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL CANOA CRIANÇA   | CIRCO                           | ARACATI          | I EDITAL      |
| 15 | INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO CEARÁ – INDACE                                 | AUDIOVISUAL                     | CAUCAIA          | II EDITAL     |
| 16 | INSTITUTO TAPUIA DE CIDADANIA, CULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO                                     | ARTE E CULT. DIGITAL            | MERUOCA          | II EDITAL     |
| 17 | ASSOCIAÇÃO DAS LGBTQIA+ DE MASSAPÊ CE   | ARTE DRAG QUEEN                 | MASSAPÊ          | II EDITAL     |
| 18 | GRUPO / ASSOCIAÇÃO RETRATORES DA MEMÓRIA DE PORTEIRAS   | PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL | PORTEIRAS        | II EDITAL     |
| 19 | ASSOCIAÇÃO LIBERTÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO INTERATIVA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL – ALDEIAS | CULT. POP. E TRADIC.            | CRATO            | II EDITAL     |
| 20 | PONTO DE CULTURA PROCEM / CASA LUZ  | ARTES INTEGRADAS                | CRATO            | II EDITAL     |
| 21 | ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E CULTURAL CAPOEIRA ARTE E TRADIÇÃO –                                 | ARTES INTEGRADAS                | BARBALHA         | II EDITAL     |

|    |  |                  |              |               |
|----|--|------------------|--------------|---------------|
|    | TERREIRO   |                  |              |               |
| 22 | ASSOCIAÇÃO DE BRINCANTES DA COMPANHIA VATÁ - ABCVATA                           | DANÇA            | JATI         | II EDITAL     |
| 23 | CIEDS - CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | ARTES INTEGRADAS | PACAJUS      | I E II EDITAL |
| 24 | ASSOCIAÇÃO DE ARTES CÊNICAS DE ITAPIPOCA - AARTI                               | DANÇA            | ITAPIPOCA    | I E II EDITAL |
| 25 | ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE DE GUARAMIRANGA                                  | ARTES INTEGRADAS | GUARAMIRANGA | I E II EDITAL |
| 26 | SOCIEDADE CORAÇÃO DE MARIA   | AUDIOVISUAL      | MERUOCA      | I E II EDITAL |

Fonte: Coordenadoria de Formação, Livro e Leitura/SECULT

A ação ELC, passados quase oito anos do lançamento de seu primeiro edital, parece tornar-se uma política que tende a perdurar e que, tal como no PPA 2020-2023, está prevista também no PPA 2024-2027. Tanto na esfera estadual, quanto na nacional, com o Programa Olhos D'Água, trata-se de um *case* de política pública cujas reverberações merecem ser cuidadosamente avaliadas. A próxima seção vai se debruçar sobre esse aspecto, com foco no programa estadual em sua edição de 2016, e mais especificamente no que diz respeito ao propósito listado acima de reconhecer e valorizar distintas formas

de transmissão e ensino de saberes diversos.

#### **4. As Escolas Livres sob o olhar de seus gestores**

No âmbito da pesquisa "Cultura, inovação e inclusão social no Ceará"<sup>12</sup>, estamos avaliando a implementação da ação ELC<sup>13</sup>. Entre os instrumentos utilizados, um deles foi um questionário voltado para os gestores das OSCs selecionadas pelo I Edital. Nesse sentido, questionados se a política potencializa a atuação da instituição, os gestores foram unânimes em destacar a importância do edital, ainda que em graus diferenciados entre muito,

12 Ver nota 01. Para um panorama sobre a pesquisa "Cultura, inovação e inclusão social no Ceará" ver ALMEIDA; BARBALHO; AZEVEDO JÚNIOR, 2023.

13 Para uma análise mais detalhada dessa etapa da avaliação ver BARBALHO; GADELHA, 2023.

satisfatoriamente e razoavelmente (Figuras 01 e 02).

Figura 01

1. Em que medida as ações formativas realizadas por seu projeto são potencializadas graças aos recursos provenientes do Edital Escolas Livres da Cultura?

28 respostas

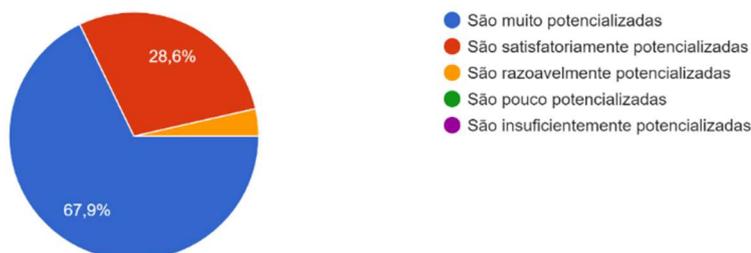
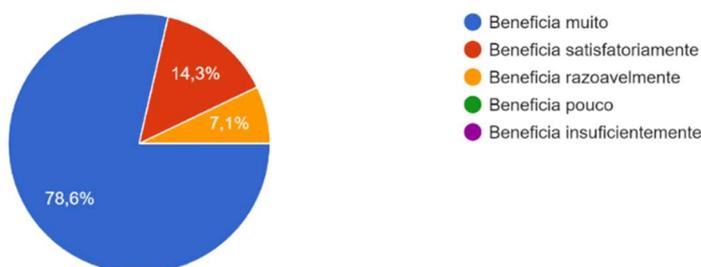


Figura 02

2. Em que medida o Edital Escolas Livres beneficia a sua instituição como um todo?

28 respostas



Sobre o papel dessas instituições para a promoção da cidadania cultural, perguntamos se as ações formativas democratizavam o acesso à formação, à fruição e à produção artística e cultural e se promoviam o valor do trabalho coletivo, a sensibilidade para as artes e a

cultura, a reflexão crítica, a sensação de empoderamento e pertencimento democrático e a abertura para o novo e para novas significações sobre o mundo social. Os itens mais destacados foram: 1. Democratiza para seus beneficiários o acesso à formação artística e cultural (100%); 2.

Democratiza para seus beneficiários o acesso à produção artística e cultural (100%); 3. Promove em seus

beneficiários a sensibilidade para as artes e a cultura (100%) (Figura 03).

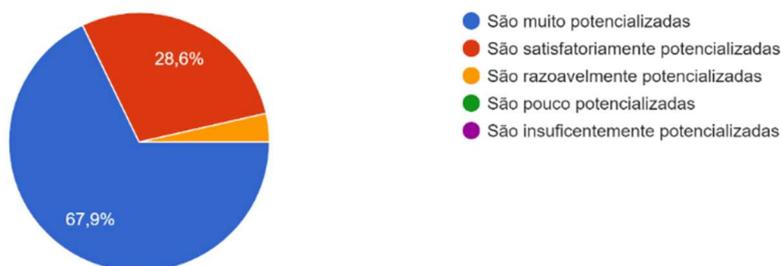
Figura 03



Outro dado importante era saber a reverberação das ELC na produção cultural da comunidade onde está inserida, uma vez que, conforme a pesquisa do IPEA (2011), um dos resultados dos PCS foi possibilitar minicircuitos culturais nos territórios de atuação. Todos os respondentes foram unânimes em afirmar que o projeto potencializa, de modo no mínimo razoável, a dinâmica do circuito cultural e artístico de suas comunidades (Figura 04).

Figura 04

7. Em que medida você considera que as ações formativas realizadas por sua instituição potencializam a dinamização do circuito das artes e da cultura do seu bairro ou sua comunidade?  
28 respostas

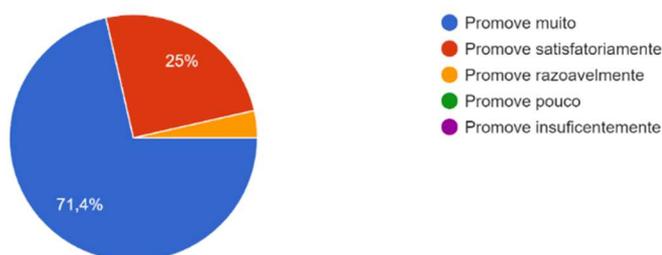


No que se refere ao aspecto propriamente formativo, nos interessava saber em que medida as ELCs propiciaram a aplicação de pedagogias inovadoras. Também

nesse quesito, houve unanimidade em apontar a potencialidade do projeto (Figura 05), dado que se completa com os depoimentos colhidos durante a aplicação do questionário (Quadro 04).

Figura 05

8. Em que medida você considera que seu projeto promove novos formatos pedagógicos no campo das artes e da cultura?  
28 respostas



Quadro 04: Depoimentos dos gestores sobre as experiências pedagógicas inovadoras implementadas com o projeto Escola Livre

|  |   |
|--|---|
| <b>EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS</b> | Isso ocorre a partir da sistematização de práticas artístico - pedagógicas que são mapeadas pela coordenação da escola Maloca das Artes. Além disso, cada educador busca dentro das reuniões pedagógicas criar um plano de aula articulado com seu território e oportunidades, dinamizando assim o seu fazer pelo olhar coletivo.   |
|  | Programa de educação musical baseado em pesquisa bibliográfica e em loco sobre o nivelamento das turmas de banda e orquestra considerando os parâmetros técnicos adotados mundialmente por bandas e orquestras pedagógicas nos EUA e na Europa. Isso foi adaptado à nossa realidade e é a base de nosso programa de educação musical.   |
|  | A forma e o conteúdo são dinâmicos e portanto é satisfatoriamente porque tem que estar em todo momento se adaptando aos contextos em uma realidade interiorana onde os estudos em arte e cultura não visam necessariamente uma carreira.  |
|  | A Escola prima por uma formação ampla e eficiente da dança, com metodologia de ensino própria, mas seguindo os parâmetros dos espaços de formação profissionalizante.   |
|  | Já se tinha a prática de um modelo pedagógico através da vivência, do contato com o outro e um resgate da cultura e sua valorização.  |
|  | Através da assessoria de uma coordenadora pedagógica, a instituição planeja, elabora e executa planos de aula que possuem atividades de acordo com a realidade da instituição e de seus educandos, pois procuram alinhar vivências e experiências de ambos  |
|  | Se apropriam de metodologias variadas para atingir ao máximo todos os alunos, com o objetivo de melhorar a relação ensino-aprendizagem.   |
|  | Percebe-se que o teatro tinha muito que aprender com a tradição porque a gente tem uma formação muito eurocêntrica quando se trata das artes da cena. E a tradição já vem com um misto, com uma pluralidade e diversidade muito forte. E que tem todos os elementos que estão contidos no teatro. E é novo nesse sentido: para repensar esses códigos de formação da atriz e do ator. Se pensarmos essa formação eurocêntrica e colonial que a gente tem, que a gente tá muito mais direcionado para os mestres do teatro europeu, a nossa formação é toda codificada por teóricos, por mestres que a gente nunca teve acesso de fato. E o que a gente tá querendo promover é o entrelaçamento em que |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>a gente reconheça a potência dos mestres e mestras da tradição popular do Cariri e suas diversas brincadeiras como um espaço de formação para ator e atriz. E aí esses elementos que a gente tanto trabalha no teatro como presença, corporeidade, voz, energia... tá tudo fortemente presente na tradição. Então é um lugar de aprendizagem que por conta dessa nossa cultura que nos afasta da nossa identidade cultural, da própria relação com o território, dado a globalização, informatização de tudo, é olhar para o que nós temos como potência. A partir da tradição popular. Dos saberes da tradição popular.</p>   |
|  | <p>A gente parte do princípio da escola. Se a gente for visitar o PPP da escola, a gente vai entender primeiro esse conceito de Escola Livre. Que é esse território que é aberto porém não é um livre que é solto. É algo organizado. Existe uma sistematicidade, mas é algo que também permite criação. A gente traz aí um processo de autonomia. Seja a autonomia do aluno, mas também a autonomia do professor. Embora a gente tenha as ementas de cada curso, os professores, eles têm essa possibilidade de trazer o novo, de criar uma nova possibilidade. Testar uma nova ferramenta. Um novo discurso pedagógico. Então isso é muito livre assim, para o educador. De testar às vezes [...] até mesmo com alguma dificuldade e dentro da reunião pedagógica que é feita mensalmente ou até em conversas individualizadas comigo, a gente vai ajustando assim um novo percurso. "Ai, que tal, vem por aqui", "Que tal a gente utilizar essa nova abordagem?", não é? "Trazer essa determinada temática?". Então a gente vai ajustando isso [inaudível] total...[...]. E através deste processo a gente reflete, não é, sobre a prática. É um processo de reflexão.</p> |
|  | <p>O formato do curso inovou porque não existia uma proposta semelhante voltada para o seu público alvo. O curso também promoveu a formação de novas redes entre os professores, fora das redes já existentes na cidade. O curso potencializou ainda a perspectiva de formação continuada na área aos seus alunos/as/es.</p>  |

Também são relevantes os desdobramentos que a formação propiciou ao público e sua família. Na avaliação dos gestores, no que diz respeito aos discentes (Figura 05), destacam-se: 1. o acesso a novos conhecimentos, tanto teóricos quanto práticos (96,4%); 2. o estímulo à sensibilidade, à imaginação e à

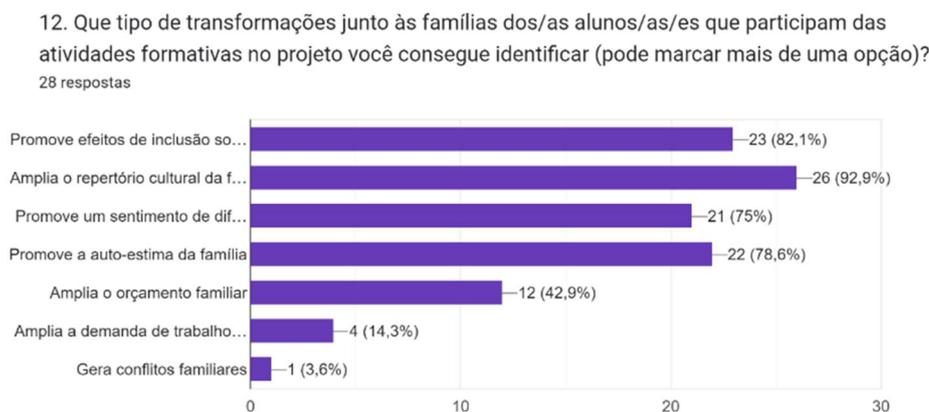
inteligência dos discentes (96,4%); 3. a promoção da reflexão, da memória e de uma visão crítica do mundo social (96,4%); 4. o desenvolvimento da sensação de empoderamento e pertencimento democrático (96,4%); e 5. a construção de um sentido coletivo para o trabalho (92,9%).

Figura 05



No que diz respeito às famílias, entre as transformações identificadas pelos gestores, destacam-se a ampliação do repertório cultural da família (92,9%) e a inclusão social (82,1%) (Figura 06).

Figura 06



O questionário nos permitiu ter uma visão mais generalista das ELCs, contudo, dentro da proposta da pesquisa de acessarmos o aspecto cognitivo da ação pública, aplicamos o questionário com alguns gestores acompanhado de uma entrevista. Na próxima seção, apresentamos o resultado dessa técnica a partir da experiência da Edisca, no diálogo que estabelecemos com Andrea Soares, coordenadora de Elaboração e Acompanhamento de Projetos da instituição.

A Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e

Adolescente (Edisca) é uma OSC criada em 1991 e sediada em Fortaleza. Tendo como eixo central a formação em dança, a Escola atende um público em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, além da formação artístico-cultural, atua em outras áreas, como na educação, na capacitação profissional e geração de renda e na saúde. Pelo conjunto de suas atividades, a Edisca recebeu em 2012 do MinC a *Ordem do*

*Mérito Cultural*<sup>14</sup>. A sustentabilidade principal da Edisca vem dos recursos obtidos via leis de incentivo, em âmbitos estadual e federal, mas a instituição participa de editais, inclusive de outras áreas que não a cultura.

No que diz respeito à sua atuação com ELC, e respondendo ao questionário apresentado na seção anterior, Soares, em relação à pergunta “Em que medida as ações afirmativas realizadas por seu projeto são potencializadas graças aos recursos provenientes do edital escolas livres da cultura?”, respondeu “muito potencializados” e justificou pelo papel desempenhado pela SECULT diante da redução de verbas para o setor no governo Bolsonaro e o recuo dos empresários no uso da Lei Rouanet com a criminalização desse instrumento feita pelo bolsonarismo<sup>15</sup>.

No que se refere “em que medida o edital Escolas Livre beneficia a sua instituição como um todo?”, a resposta da gestora foi “beneficia

muito”, pois, argumenta, embora contemplasse apenas um eixo de atuação da Edisca, que é o da formação em dança, ele é o “carro-chefe”, é o que atrai o público-alvo, pois “as crianças vêm para cá pra dançar, elas não vêm para fazer aula de português e matemática, nem vem pra discutir direitos e deveres, a expectativa é dançar”<sup>16</sup>.

Como desdobramento dessa questão, perguntamos à gestora como ela observava a formação e o lugar da arte na experiência das crianças que entravam para a Edisca. Andrea apontou que era “fundamental”, pois são

muito encantadas com a dança porque é um universo delas (...) quando eles [adolescentes] vão adolescendo aqui (...) [o] espetáculo quem vai construir são os adolescentes; eles que vão fazer a coreografia, que vão ensaiar, que vão conceber vários processos. A construção do espetáculo em si é deles, (...) eles que administram os conflitos da turma (...) quando eles entram no processo de construção existe um deslocamento do pensar como

14 Para maiores informações sobre a Edisca, consultar seu site: <https://edisca.org.br/noticias-e-publicacoes/>.

15 Para uma análise da atuação da SECULT-CE durante a retração da atuação federal no setor cultural nos governos Temer e, principalmente, Bolsonaro ver BARBALHO,

2023. Para uma análise dessa situação em outros estados do país ver BARBALHO; CALABRE; RUBIM, 2023.

16 Entrevista para a pesquisa “Cultura, inovação e inclusão social no Ceará” concedida na sede da Edisca em 12 de maio de 2022.

bailarina individualista ou artista pra pensar a formação do outro artista, e não apenas do outro artista, porque não é mais um só, é um coletivo.

Questionada se as ações formativas realizadas pela Edisca promoviam a cidadania cultural, Soares respondeu afirmativamente todos os quesitos e ressalta os pontos "acesso à formação" e "fruição". Em relação ao primeiro, ela aponta que "a gente tanto forma, tem a fruição e tem a produção, que, assim, todo mundo tem aula de dança aqui, todos". Em relação ao segundo, chama atenção que a fruição acontece nos próprios espetáculos, além da ida das crianças para exposições na cidade, mas também no programa de fortalecimento do ensino formal por meio da exibição e análise de filmes, e de sua aplicação nas áreas de português e matemática.

No que diz respeito ao papel da Edisca na dinamização do circuito das artes e da cultura no território onde atua, avalia que é "satisfatoriamente potencializada", pois esse não é um objetivo da Escola, mas identifica que esse processo ocorre como consequência das atividades de formação, se espalhando por vários bairros da cidade. Quanto à promoção

de novos formatos pedagógicos, a resposta foi "razoavelmente", porque, na avaliação da gestora, ainda que haja uma percepção por parte da direção da necessidade de inovar, depois de tantos anos de atuação, por mais que se inove há um "núcleo duro" que permanece. Ela reconhece que houve melhorias ao longo do tempo, mas a partir de dentro, sem que isso implicasse em novos formatos pedagógicos

Em relação aos benefícios oriundos das ações formativas junto aos egressos, Soares destaca a capacitação para o mercado de trabalho em arte e cultura embora, como ressalta, esse não seja um objetivo da Edisca, mas é "notório", em seu entendimento, que depois da formação muitos egressos entraram no mercado de trabalho da dança. Por fim, sobre as transformações junto às famílias dos alunos, a gestora destaca os efeitos de inclusão social. Na sua percepção,

quanto mais tempo passa aqui dentro [os alunos e as alunas], mais muda, quebra o ciclo da pobreza (...) você vai ver que esse grupo que passou mais tempo é o grupo que deu uma superada, deu uma mobilidade social mesmo! É incrível, assim, como é evidente, muitos

deles não necessariamente estão na dança, mas alguns estão vinculados à dança (...) ou em outros universos (...) lógico que quando tem um ente que sai, que faz essa mobilidade, a família toda não vai junto não, mas muda, muda a perspectiva<sup>17</sup>.

### Considerações finais

A análise feita das Escolas Livres de Cultura evidenciou a influência do arcabouço conceitual-programático da PNCV, desde que ela se tornou uma ação pública em 2004, em outras políticas, para além, inclusive, do âmbito federal. Sobrevivendo a conjunturas desfavoráveis em âmbito federal nos governos anteriores, a retomada da PNCV pela atual gestão de Margareth Menezes, reativa um capital simbólico e um conjunto de comportamentos e procedimentos que estavam vigentes ou latentes em governos estaduais e no campo cultural, como exemplifica o caso cearense.

Por sua vez, o fato da experiência das Escola Livres da SECULT ser adotada pelo MinC, com a ida do ex-gestor estadual de cultura Fabiano Piúba para o Ministério –

atuando, assim, como um mediador ao articular níveis diferentes da federação –, reforça, em um movimento circular, as ideias e os elementos cognitivos próprias à marca “Cultura Viva” que, diga-se de passagem, rompeu as fronteiras nacionais e hoje é uma proposta presente em vários países da América do Sul. Podemos especular, desse modo, que no atual momento a PNCV volta a operar como uma forte estrutura ideacional, no sentido de legitimar seus defensores, seja no MinC, seja nos órgãos gestores estaduais de cultura, seja no campo cultural.

Quanto à dimensão propriamente avaliativa do nosso artigo, a pesquisa junto aos gestores das ELC revelou a importância da política para potencializar as ações desenvolvidas pelas OSCs, bem como sua relevância ao promover a cidadania cultural, a formação de minicircuitos culturais nas comunidades, a experimentação nas práticas formativas e o empoderamento não apenas dos alunos, alunas e alunes, mas também de suas famílias.

<sup>17</sup>Entrevista para a pesquisa “Cultura, inovação e inclusão social no Ceará”

concedida na sede da Edisca em 12 de maio de 2022.

Temos consciência dos limites da avaliação que a aplicação do questionário com os gestores impõe. Mas tentamos superar o dado quantitativo tanto com a possibilidade dos respondentes trazerem seus depoimentos sobre as possíveis inovações pedagógicas implementadas por sua Escola Livre (Quadro 04), quanto com as entrevistas, feitas no momento de aplicação do questionário, que nos permitiu explorar nuances do processo, como ilustrado com o caso da Edisca. Outro limitador foi o fato de termos nos restringido aos responsáveis pela execução da proposta selecionada pelo edital. Contudo, estamos, com a continuidade da pesquisa, escutando tanto os docentes, quanto os discentes, recorrendo a técnicas quanti-quali, bem como à etnografia, nos próprios espaços onde se dão os processos formativos, o que contribuirá para qualificar a análise avaliativa dessa ação pública.

## Referências

ALMEIDA, Custódio; BARBALHO, Alexandre; AZEVEDO JÚNIOR, Ivânio (orgs.). *Cultura, inovação e inclusão social: estudos de políticas culturais no Ceará*. Fortaleza: UECE, 2023.

BARBALHO, Alexandre. A singularidade cearense: o incremento da política cultural no Ceará em tempos de desmonte. In: BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; RUBIM, Albino (orgs.). *Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios*. Salvador: UFBA, 2023, p. 81-104.

BARBALHO, Alexandre. Acerca de "fenômenos políticos curiosos": a politização do campo cultural no Brasil. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 225-251, 2022.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, v. 22, p. 239-260, 2018.

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; RUBIM, Albino (orgs.). *Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios*. Salvador: UFBA, 2023, p. 81-104.

BARBALHO, Alexandre; GADELHA, Ernesto. Formação em artes e cidadania: a experiência do Programa Escolas Livres. In: ALMEIDA, Custódio; BARBALHO, Alexandre; AZEVEDO JÚNIOR, Ivânio (orgs.). *Cultura, inovação e inclusão social: estudos de políticas culturais no Ceará*. Fortaleza: UECE, 2023.

BARBALHO, Alexandre; GADELHA, Ernesto (orgs.). *Formação artística e políticas públicas: temas e abordagens contemporâneas*. Fortaleza: UECE, 2022

BENAMOUZI, Daniel; BORRAZ, Olivier. Burocracia, organizações, políticas públicas e formalização do conhecimento. In: OLIVEIRA, Osmany Porto; HASSENTEUFEL, Patrick

(orgs.). *Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos*. Brasília: Enap, 2021 p. 80-97.

BEZERRA, Analúcia. Ponto de Cultura Afro-música Alàgba: identidade e autoestima como expressão de cidadania cultural. In: IPEA. *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: Ipea, 2011. p. 95-118

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Sur l'Etat*. Cours au Collège de France (1989- 1992). Paris: Seuil, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Editais de seleção pública nº 5, de 8 de agosto de 2023*. Programa Olhos D'água Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura. Brasília: MinC, 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura Viva*. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília: MinC, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Lei Nº 13.018, de 22 de julho de 2014*. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. *Lei nº 18.012, de 01 de abril de 2022, que institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará, dispondo sobre o Sistema Estadual da Cultura*. Fortaleza: Secult, 2022.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. *Lei n.º 16.602 institui a Política Estadual Cultura Viva do Estado do Ceará*. Fortaleza: Governo do Estado, 2018.

CEARÁ. Casa Civil. *Os sete Cearás. Propostas para o Plano de Governo*. Fortaleza: Casa Civil, 2014.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. *Escolas da Cultura*. Programa de Formação Artística e Cultural. Fortaleza: SECULT, s.d

IPEA. *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: Ipea, 2011. p. 95-118

PIÚBA, Fabiano. O trançado comunitário, solidário e político da Rede Cultura Viva no Ceará. In: ROCHA, Marcos (org.). *Visões e vivências latino-americanas do Cultura Viva*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora 2019, p. 43-54

ROLLEMBERG, Márcia. A retomada das políticas para a diversidade cultural no Brasil. Entrevista. *Observatório da Diversidade Cultural*. 22 maio 2023. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/noticias/diversidade-cultural-no-brasil/>. Acesso em: 01 set. 2023.

SOUSA, Mirna. 10 anos de Cultura Viva no Ceará In: ROCHA, Marcos (org.). *Visões e vivências latino-americanas do Cultura Viva*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora 2019, p. 35-42.

TOMAZINI, Carla. Mudança de políticas públicas: a força das ideias. In: OLIVEIRA, Osmany Porto; HASSENTEUFEL, Patrick (orgs.). *Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos*. Brasília: Enap, 2021 p. 201-223.

TURINO, Célio. *Pontos de cultura: O Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.